

CORPO E CIDADE: UM ESTUDO SOBRE O COMUM E OS *UNDERCOMMONS* NAS AÇÕES DE ELEONORA FABIÃO

ANA MIRA*

1. Corpo e cidade I

Rainbow in the fountain. He has to learn the word and the wonder. She is wholly concentrated with the difficulty and the urgency of the task. She watches with anxiety and jubilation as the wonder fills his eyes, his eyes becoming wet with laughter, until she sees the rainbow on them.

Lingis, 1994, p. 117

As *Ações* de Eleonora Fabião são *happenings*¹, ou acontecimentos, que decorreram em espaços públicos das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza (Brasil); Lima (Peru); Berlim (Alemanha); Bogotá (Colômbia),

* IFILNOVA – Instituto de Filosofia da Nova, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UID/FIL/00183/2020.

1 Enquanto permanecerem fora da instituição da arte e do seu público convidado consideramos que as *Ações* de Eleonora Fabião (2008-2015) são *happenings*, e não performances (excepto no que concerne à documentação audiovisual daí resultante, apesar das *Ações* terem sido captadas à distância, publicadas mediante a autorização dos seus co-participantes e muitas delas nem terem

Nova Iorque (Estados Unidos) e Montreal (Canadá), entre 2008 e 2015. A situação política² do Rio de Janeiro levou ao surgimento da primeira série das *Ações Carioca – Ações Carioca # 1: Converso sobre qualquer assunto*:

Ações Carioca # 1: Converso sobre qualquer assunto
 Eleonora Fabião, 2008
 Largo da Carioca, Rio de Janeiro
 Sentar numa cadeira, pés descalços,
 Diante de outra cadeira vazia (cadeiras da minha cozinha).
 Escrever numa grande folha de papel:
 CONVERSO SOBRE QUALQUER ASSUNTO
 Exibir o chamado e esperar.
 (Fabião e Lepecki, 2015, p. 12)

Suscitadas por uma partitura, tal como esta que citámos acima, as *Ações* de Eleonora Fabião (2008-2015) decorrem nas praças públicas e nas ruas de determinadas cidades e incluem o meio e as pessoas desses lugares. Alguns objectos quotidianos, como por exemplo as duas cadeiras de cozinha e a grande folha de papel que a artista leva de casa e dispõe na rua, delimitam o espaço das *Ações* e contribuem para o aparecimento de situações e imaginários individuais e colectivos. Através da presença do corpo e da sua expressão, a artista convoca a aproximação e a participação daqueles que se predispuerem a tal. Assim, a matéria das *Ações* centra-se no encontro e na relação entre Eleonora Fabião e a(s) pessoa(s) que participam em cada um destes *happenings*, através do desempenho de uma *ação* e da troca de palavras e gestos. Segundo a autora (*ibid.*, p. 14), durante as *Ações Carioca # 1: Converso sobre qualquer assunto*, contam-se histórias, dão-se opiniões, fala-se e escuta-se sobre, por exemplo, a infância, o trabalho, o policiamento e o roubo.

sido documentadas) (Fabião *in* Fabião e Lepecki, 2015, p. 14). É na sua condição de *happenings* que pretendemos reflectir aqui sobre as *Ações* de Eleonora Fabião (2008-2015).

2 Durante a elaboração deste texto, mais precisamente no dia 28 de Outubro de 2018, ocorreram as eleições presidenciais no Brasil que levaram Jair Bolsonaro ao poder. Ciente da importância do contexto sociocultural, político e económico determinante para qualquer experiência da cidade, e tratando este texto das *Ações*, de Eleonora Fabião (2008-2015), que decorreram em várias cidades do Brasil e de outros países, poucos anos antes, não posso deixar de mencionar como espero que esta reflexão filosófica possa juntar-se a outros pensamentos-acções e assim contribuir para a emergência de potências de vida incapturáveis nas cidades onde moramos.

Não é possível descrevermos aqui, senão resumidamente, a situação política do Rio de Janeiro que influenciou a emergência das *Ações Carioca #1: Converso sobre qualquer assunto* e as restantes. Segundo Lepecki (ibid., 2015, p. 336), houve o escândalo de corrupção política no Congresso Nacional do Brasil, conhecido como «mensalão», em 2005, o ano em que Eleonora Fabião diz que as *Ações* começaram a surgir, e do mandado de prisão do anterior Governador do Estado do Rio de Janeiro, em 2008, o ano em que a primeira *Ação* tomou lugar no Largo da Carioca. Iguualmente, temos acompanhado à distância, e por isso salvaguardamos qualquer desconhecimento de quem não tem uma experiência situada, como o Brasil vive um ambiente assombrado pelo legado colonial e da ditadura militar, e ameaçado pela actual disparidade económica e utopia neoliberal. Têm vindo a ocorrer nos estados brasileiros sucessivos golpes contra a população e suas minorias, através de um esbatiamento das fronteiras entre o policiamento, o crime, a lei, a corrupção, a impunidade e o medo. Na perspectiva de Pelbart (2017, p. 4), no Brasil, tem-se acentuado uma «guerra económica, política, jurídica, militar, mediática»³. No entanto, essa é também uma «guerra de subjectividades [que] aparece como um instrumento de produção de subjectividade, controle de condutas, investimento sobre esferas psicológicas, afectivas e micropolíticas» (ibid., p. 20). Consequentemente, é «uma guerra de percepção, sobre a percepção, e mais do que sobre a população, ela incide sobre o “público”», ora moldando desejos, pensamentos, crenças e medos, ora globalizando a percepção, tal como se tem vindo a assistir no Brasil, assim como em outros países, com mais evidência na presente década (ibid.). Perante esta situação de precariedade da realidade brasileira, o autor faz a seguinte pergunta:

3 Neste contexto, o termo «guerra» significa para Pelbart (2017, p. 20), na esteira de Eric Alliez e Maurizio Lazzarato, aquela que já não visa «os objectivos políticos do Estado, mas do Capital»: «A guerra contra-insurreccional visa, claro, não à segurança ou à paz, mas à manutenção de um estado de insegurança generalizado, de medo difuso, que justifique precisamente a mobilização incessante, mas que ainda produza uma espécie de pacificação». «Contra-insurreccional» ou a «biopolítica contra-insurreccional», quer dizer, segundo Pelbart (ibid., p. 21), influenciado por Michel Foucault, o modo como as múltiplas guerras contra as populações, hoje em curso no Brasil, criam divisões e distribuem diferencialmente a precariedade.

Não seria o caso menos de tentar ocupar o lugar daqueles que tomaram de assalto o Estado do que ocupar ruas, praças, escolas, instituições, espaços públicos privatizados, experimentar novas formas de organização, de autoorganização, de sociabilidade, de produção, de subjectivação, mas também, e justamente isso é que parece o mais paradoxal, novas modalidades de despossessão, de deserção, de destituição, de dissidência, de esquiva, de dessubjectivação? (ibid., p. 23).

Entrar no jogo dos valores de um poder vigente e das suas guerras implica proliferá-lo ou substituí-lo, ao invés de se libertarem outras potências de vida que a ele pudessem escapar. Numa «reapropriação do corpo e da cidade, um através do outro», segundo Eleonora Fabião (Fabião e Lepecki, 2015, p. 45), as *Ações* suscitam outros modos de subjectividade que, simultaneamente, reconhecem e resistem aos modos de subjectividade dominantes, como o «medo», o «mimetismo», a «amnésia histórica» do colonialismo e a violência exercida sobre a população. Por exemplo, na *Série Precários: Saudades do Brasil*, Eleonora Fabião encontra-se na costa da baía de Guanabara, com o Morro do Pão de Açúcar do outro lado do rio. Deita-se no chão em posições semelhantes àquelas das imagens do livro aberto e pousado à sua frente, e dá tempo ao tempo. Trata-se de um livro de fotografias feitas pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss a comunidades indígenas durante a sua viagem ao Brasil entre 1935 e 1939.

Série Precários: Saudades do Brasil
Eleonora Fabião, 2013
Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro

No chão: abrir o livro *Saudades do Brasil*, de Claude Lévi-Strauss

Registo de viagem com séries de fotos dos índios nambikwaras
(Estado do Mato Grosso, década de 1930).

No chão: deitar-me como os fotografados e dar tempo ao tempo.
(ibid., p. 150)

De modo a reflectir filosoficamente sobre uma experiência particular do corpo e da cidade, no presente texto, debruçamo-nos sobre as *Ações*, de

Eleonora Fabião (2008-2015), por entendermos que estas ocupam a cidade de uma maneira diferente daquela do poder vigente sem se submeterem, oporem ou reagirem a ele e, conseqüentemente, expandindo-o; antes, as *Ações* de Eleonora Fabião (2008-2015) evadem-se das tentativas de captura e apropriação por parte do poder vigente. Como lente de análise, o estudo sobre os conceitos de «comum», feito através das perspectivas de François Jullien (2008), Roberto Esposito (2010) e Bruno Latour (2011), e de «*undercommons*» de Stefano Harney & Fred Moten (2016)⁴, realizado na segunda e terceira parte deste texto, respectivamente, representa um movimento de aproximação às problemáticas do comum, *undercommons* e comunidade no campo da performance e filosofia. Na quarta e última parte, procuramos compreender a experiência do corpo e da cidade nas *Ações*, de Eleonora Fabião (2008-2015), à luz dos conceitos anteriormente analisados.

2. Do «comum» (Jullien / Esposito / Latour), um estudo

O conceito de «comum», segundo Jullien (2008, cap. III, p. 1), consiste num lugar de partilha, ou seja, «naquilo de que se tem parte ou aquilo em que se toma parte, que se partilha e aquilo em que se participa»⁵. Nesta condição, o «comum» não é lógico, e por isso vinculado à razão como o «universal», nem económico, e deste modo relacionado com a produção, como o «uniforme». A «partilha» no «comum» é o primeiro aspecto que faz com que ele seja essencialmente político, no sentido em que «aquilo que se partilha é o que nos faz pertencer à mesma cidade, *polis*» (ibid.).

Quanto ao «comum», ele é de facto o lugar de partilha e, como tal, directamente político: ele não invoca um *a priori* hipotético, como o universal, antes aponta para o fundo sem fundo no qual a nossa experiência se enraíza e ela mesma contribui para desenvolver. Ele é também indefinidamente extensivo. Sempre ameaçado de se inverter: de inclusivo, tornar-se exclusivo; em vez de se abrir a mais participação, de se tornar no seu contrário: comunitarismo (ibid., cap. Itinerário, p. 2).

4 Para um estudo mais aprofundado sobre o conceito de «comum», ver Laval e Dardot (2015) e Negri e Hardt (2005). Sobre o conceito de «comunidade», ver as seguintes obras: Nancy (1983), Agamben (1993), Blanchot (1983), Bataille (1976) e Lingis (1994).

5 Salvo indicação contrária, todas as traduções foram realizadas pela autora.

Para Jullien (ibid., cap. III, p. 1), o princípio de «extensão» da «comunidade» encontra-se nas suas duas dimensões seguintes: «em proporção, e ao mesmo tempo, naquilo que se partilha e naqueles que nela participam». Encontrando-se nos diversos planos da vida, do trabalho, do amor, o «comum» aponta para esse «fundo sem fundo», «onde nos ocupamos colectivamente» sem o podermos delimitar inteiramente, ou até mesmo medir, mas em cujo recurso investigamos ininterruptamente (ibid., p. 2).

Nesta perspectiva de Jullien (ibid., cap. Itinerário, p. 2) o «comum» «enraíza-se (...) na experiência», sendo através dela que o «comum» se desenvolve, ao invés do universal, da sua lei necessária derivada da razão e anterioridade a toda a experiência. Para o autor (ibid., cap. III, p. 3), o segundo aspecto que torna o «comum» político consiste na decisão de se «assumir as relações de pertença em que me reconheço ou de investir em novas», pois tal implica uma tomada de decisão acertada nos sucessivos planos de comunidade em que tomamos parte, definindo assim «as diversas esferas da minha existência». Assim, a «legitimidade» do «comum» é definida pela sua própria progressão, ou seja, o «comum» é, na sua extensão, gradual devido à forma como se concretiza nos diversos planos de comunidade que «graduam» a nossa existência através da participação com aqueles com quem temos o «comum», na cidade onde habitamos, no país ou conjunto de países, mas também com os seres não-humanos como os animais e as plantas (ibid.).

Apesar do carácter inclusivo, participativo e extensivo do «comum», definido por aquilo que partilho com outros, este pode fechar-se em si mesmo, excluindo os outros que não pertencem nem participam no mesmo comum «aberto», tornando-o no seu «oposto», quer dizer «próprio» ou «particular» e, conseqüentemente, fechando o «comum» na propriedade dos seus atributos («próprios») partilhados (ibid., p. 8). Porém, «a comunidade tem por vocação, não fechar-se, mas abrir-se», afirma Jullien (ibid., p. 9), através do despojamento dos princípios de identificação que encarceram o «comum».

Sobre a raiz da palavra «comum», Jullien (ibid., p. 7) sublinha, do latim, *com-munis*, que faz a ligação entre o prefixo *cum* = com, ou seja, aquilo que se comparte e se explora conjuntamente, e a palavra *munus* que remete à ideia de «obrigação» (ou função, dádiva, dever, tributo). Já nas palavras de Esposito (2010, p. 5):

Tudo de «*munus*» é projectado para o transitivo acto de dar. Não implica, de modo nenhum, a estabilidade da posse e ainda menos a dinâmica aquisitiva de algo que se ganhou, mas perda, subtração, transferência. É um «sinal» ou um «tributo» que alguém paga de uma forma obrigatória. O «*munus*» é a obrigação que é contraída com respeito a outrem e que convida um desprendimento adequado da obrigação.

Para Esposito (ibid., p. 4), «obrigação» oscila entre os três sentidos – *onus*, *officium* e *donum*. Nesses dois primeiros, está presente o sentido de dever [*dovere*]: «obrigação, ofício, oficial, posição e lugar». Quanto ao terceiro, o sentido de «dádiva» surge problemáticamente ligado ao de «dever». Jullien (2008, cap. III, p. 7), reportando a Esposito (2010), entende que a natureza implícita da «reversibilidade da dádiva» traz ao «comum» o carácter de troca: «É *com-munis*, literalmente, aquele que compartilha um cargo (uma tarefa, uma função); e desde logo quem está obrigado a desempenhar um ofício». Para Esposito (ibid., p. 5), é precisamente nessa noção de troca que reside o carácter da «obrigação» na dádiva, como retribuição, ou seja, «reciprocidade ou “mutualidade” em dar que delega uma obrigação de um para o outro».

A «obrigação» implícita ao acto de dar é o motivo pelo qual uma totalidade de pessoas se reúne num determinado «comum», pela perspectiva de Esposito (ibid., p. 6), em detrimento de se reunirem por «uma propriedade ou uma posse», portanto o «comum» forma-se por «subtração»: «algo que está para ser dado e por isso estabelecerá uma falta». Deste modo, a oposição entre o público (*communitas*) e o privado (*immunitas*), à luz dessa incompletude da «obrigação» como «dádiva» no «comum», pode ser entendida através, por um lado, do requisito de se desempenhar uma tarefa ou dádiva (*communis*) e, por outro lado, de se estar dispensado de fazer essa tarefa (*immunis*). O «comum» consiste naquilo «que pertence a mais do que um, a muitos ou a todos, e deste modo é aquilo que é “público” em oposição ao “privado” ou “geral” (embora também “colectivo”) em contraste com o “individual” [*particolare*]» (ibid., p. 3). Para o autor, o «comum» caracteriza-se pelo seguinte:

(...) o comum não é caracterizado por aquilo que é próprio, mas por aquilo que é impróprio, ou ainda mais drasticamente, pelo outro; por um esvaziamento, seja ele parcial ou integral, da propriedade para o seu

negativo; pelo remover daquilo que é próprio de alguém que investe e descentra o sujeito proprietário, forçando-o a ausentar-se de si mesmo, a alterar-se (ibid., p. 7).

Relativamente ao conceito de «comum», e em ressonância com a perspectiva de Jullien (2008), Esposito (2010, p. 3) elabora uma noção de comunidade a partir da etimologia do termo *communitas*, do latim: enquanto «*communis* [adjectivo correspondente ao substantivo *communitas*and] é aquilo que ganha significado na oposição àquilo que é próprio. (...) “comum” (*commun*, *comun*, *kommuri*) é aquilo que “não” é próprio [*proprio*], que começa quando aquilo que é próprio termina». Do grego *Koinos*, o «comum» significa o impuro, o contaminado, o profano, também em detrimento do que é próprio. Segundo Esposito (ibid., p. 7), o «impróprio» que caracteriza o «comum» arrasta igualmente a desapropriação daquilo que nos é mais próprio, ou seja, desapropria-nos da nossa «subjectividade»; desinvestindo-nos de nós mesmos, alterando-nos: «eles [sujeitos] não encontram nada excepto esse vazio, essa distância, estranheza que os constitui como faltando-se a si mesmos». Por isso, referimos acima o facto de, na comunidade, não haver identificação nem um fechar naquilo que lhe pudesse ser próprio, e dos seus sujeitos. No «comum» «aberto» de Jullien (2008, cap. 3, p. 8), o sujeito expõe-se àquilo que interrompe o fecho e o volta de dentro para fora, em consonância com a perspectiva de Esposito (2010, p. 7) exposta anteriormente.

Contudo, a violência da exposição ao aberto no «comum», por parte do sujeito que a experiencia, é igualmente mencionada por Esposito (ibid., p. 8): não deixando de ser uma ameaça e uma perda dos «limites» que garantem a nossa subsistência e que igualmente podem fazer ruir o «comum», este deslize que se aproxima de um despojamento total é criado no seio da comunidade. Encontramos aqui o «fundo sem fundo», referido por Jullien (2008, cap. III, p. 2), influenciado por Esposito (2010, p. 8): o nosso «chão comum», o fundo, não tem nada, no fundo. O comum ausenta-se e destitui-nos.

Para além da desapropriação que caracteriza o «comum», tal como expusemos anteriormente, Latour (2011, p. 39) afirma que «não existe mundo comum: é preciso compô-lo». O pluralismo do mundo impede a existência de um «comum» *a priori*, por essa razão é necessário construí-lo através das nossas acções numa variação contínua que forma e desforma o «mundo comum», gradualmente:

O mundo comum está a «compor-se», está tudo lá. Já não está enterrado numa natureza, num universo, escondido debaixo dos véus amarrotados das ideologias e das crenças e que bastaria suprimi-los para que o acordo se fizesse. É para ser feito, é para ser criado, é para ser estabelecido. E, por essa razão, pode falhar. É aí que está a diferença: se o mundo comum está a compor-se, podemos falhar a sua composição. A seta do tempo avança ou recua ou se interrompe, dependendo da forma como vamos compondo o mundo. Nada é inevitável. Nada é intransponível. Não há qualquer sentido histórico. E, ao mesmo tempo, sim, nós o vamos compondo gradualmente (ibid., p. 40).

Para o autor (ibid., p. 39), o «mundo comum» é dotado de um «pluralismo de culturas, de ideologias, de opiniões, de sentimentos, de religiões, de paixões», mas igualmente de «naturezas, de relações com os mundos vivos, materiais e também com os mundos espirituais»; impossibilitando a determinação de quem ou daquilo que compõe o mundo. Em concordância com a natureza não universal do «comum», referida anteriormente, trata-se aqui de uma questão de fundamento no sentido em que o «comum» assenta no desacordo de uma pluralidade cultural e relacional entre quem e o que vive, ou seja: não existe à partida algo de semelhante entre seres separados nem um mundo comum cuja composição possa conhecer-se *a priori*. Apesar de, segundo Latour (ibid.), tal acontecer quando a política, erroneamente tornada «ciência do mundo comum» e através das suas leis, elege princípios universais capazes de excluir metafísicas particulares. No entanto, o mundo compõe-se por variação e as nossas acções «multiplicam as hesitações sobre os sentidos e os caminhos da composição», escreve Latour (ibid., p. 40). No movimento de composição e recomposição do «mundo comum» entre as pessoas, as coisas, os assuntos, onde é preciso «hesitar, tactear, experimentar, retomar, recommençar sempre, refrescar continuamente o trabalho da composição», Latour (ibid.) apela à arte pública como «a criação de uma esfera pública», assumindo, tal como no «comum» e no «mundo», a inexistência do «público» desde sempre lá e que não precisasse de ser revelado através do trabalho incessante e por variação da composição.

3. Dos *undercommons* (Harney & Moten), um estudo

Os *undercommons* surgem como o espaço e o tempo que se encontra sempre aqui, na realidade e na fantasia, e onde fazemos parte do movimento das coisas:

Mas nós já somos. Nós já estamos aqui, a movermo-nos. Temos estado por aqui. Nós somos mais do que política, mais do que estabelecidos, mais do que democráticos. Nós circundamos a imagem falsa da democracia para a desestabilizarmos. Sempre que tentarem enclausurar-nos numa decisão, nós somos indecisos. Sempre que tentarem representar a nossa vontade, nós ficamos sem vontade. Sempre que tentarem enraizar-nos, nós fomos embora (porque nós já estamos aqui, a movermo-nos). Nós perguntamos e nós dizemos e nós lançamos o feitiço sobre nós, o que nos diz o que fazer e como devemos ser movidos, aqui, onde dançamos a guerra da aposição. Nós estamos num transe que se encontra debaixo e em nosso redor. Nós movemo-nos através dele e ele move-se connosco, para além daquilo que foi estabelecido, para além do re-desenvolvimento, onde a noite negra está a cair, onde odiamos estar sozinhos, para dentro e de volta para dormir até de manhã, beber até de manhã, planear até de manhã, como o abraçar comum, certamente dentro e à volta, no em-redor (Harney e Moten, 2013, p. 19).

Para co-habitar no espaço dos *undercommons*, é preciso considerarmos que aquilo que está partido permanecerá partido e não pode ser reparado, a dívida nunca vai ser restituída e, ao mesmo tempo, devemos tudo somente a nós. Estendermo-nos, assim, em direcção ao outro e ao lugar com o intuito de procurar uma conexão, cultivando o incluído e o excluído no espaço e no tempo dos regimes de vigilância. Então, com aquele espaço e tempo vigilante, mas na recusa da sua normatividade, por *aposição*, passam a coexistir movimentos de dissonância, ruído, desorientação, fugitividade, hapticalidade. Pela perspectiva de Harney e Moten (ibid., p. 11), a «aposicionalidade dos *undercommons*» consiste num «lugar onde não emerge, nem a autoconsciência nem o conhecimento do outro, mas uma improvisação que procede de algum lugar do outro lado de uma pergunta não feita?». Portanto, na política, quando o «comum» é ameaçado pela democracia, sua falsa aparência e promessa inatingível, cercamo-la para a desestabilizar.

Indecisos, sem vontade, fugitivos perante a exigência de uma decisão ou escolha, de uma vontade, de um ficar no lugar, continuamos em movimento onde aprendemos o próximo passo e como o fazer no limite exacto que o movimento nos ensina. O movimento, sempre ao redor, atravessa e move-nos enquanto o esculpimos, nós mesmos despossuídos.

Na leitura de Halberstam (in Harney e Moten, 2013, p. 7), os *undercommons* agem num lugar diferente do das zonas reguladas da sociedade e, ao mesmo tempo, existem e decorrem no tempo presente, no mundo onde estamos, quando escutamos «a cacofonia e o ruído que nos dizem que há um bravio para lá das estruturas que habitamos e nos habitam» e a sua chamada para a desordem ou selvajaria, já noutra mundo que *nós* fazemos, tal como no «jazz, na improvisação, no ruído». Os *undercommons* não são um lugar de rebeldia contra o vigente, antes um aqui feito por nós enquanto recusamos activamente as escolhas que nos são oferecidas e, nessa recusa, escutamos o ruído que fazemos e moldamo-lo.

No espaço dos *undercommons*, e assim no movimento das coisas, segundo Halberstam (ibid., p. 11), a «fugitividade» é definida, não por fuga ou «êxodo», antes pela nossa separação de qualquer ancoragem naquilo que estiver instituído. Nesse movimento, e como modo de nos prepararmos para o que estiver por vir, os autores (ibid.) propõem entrarmos em «estudo», não como nos é solicitado pelas instituições e os seus modos de produção de conhecimento, mas como modo de pensarmos colectivamente. Segundo Harney e Moten (ibid., p. 97), nos *undercommons* distanciamo-nos daquilo que se encontra estabelecido, «daqueles que se determinam no espaço e no tempo, que se localizam a si mesmos numa determinada história» e voltamo-nos para um sentimento de desestabilização juntamente com «aqueles que consentem não ser um»: o sentimento de «hapticalidade». Esse sentimento de que «aquilo que está por vir está aqui» consiste numa maneira de «sentir através dos outros, um sentimento de sentir os outros a sentirem-nos»; a «hapticalidade» não pode ser apreendida, contida (ibid., 2013, p. 98). Os *undercomomons* ensaiam modos de viver colectivamente, mais do que lugares, são instâncias onde nos movemos, estudamos e planeamos o que vem com o que existe aqui.

4. Corpo e cidade II

«Ações Carioca» é um projecto de desintoxicação: o acto de purgar as toxinas do medo através do contacto, fricção, diálogo. No Rio de Janeiro, assim como em outras áreas conflituosas, o medo é uma arma biológica sofisticada de controlo de massas. O que me guiou foi o simples desejo de sentir-me bem, de reclamar o que é meu (a cidade onde eu nasci e cresci), de habitar o meu espaço público, de esfregar-me nele, de o amar; de criar modos de pertença activa que recusam a cultura do medo e a lógica da violência. Uma reapropriação do corpo e da cidade, um através do outro. Ou melhor, uma apropriação do corpo e da cidade como corpo. Ambos corpos num processo de mútua formação, uma vez que a cidade faz-nos e nós fazemos a cidade (Fabião e Lepecki, 2015, p. 45).

Não tivemos oportunidade de co-participar nas *Ações*, de Eleonora Fabião (2008-2015), apenas assistimos a uma conversa em Lisboa, no Verão de 2014, em que a artista contou histórias desses *happenings* em diferentes cidades, mostrou alguns dos seus registos audiovisuais e partilhou as suas inquietações e reflexões sobre a sua experiência do corpo e da cidade, um através do outro, pelo acto performativo e num cruzamento entre a arte, a teoria e a filosofia. A performatividade do corpo e da oralidade ao longo dessa conversa e seus conteúdos afectou-nos; também pelo modo como as *Ações* fazem acontecer outras formas de vivermos juntos numa experiência do corpo e da cidade que, simultaneamente, se enraíza e diverge daquelas já lá existentes. Na quarta e última parte do presente texto, procuramos reflectir sobre a experiência do corpo e da cidade nas *Ações*, de Eleonora Fabião (2008-2015), à luz dos conceitos de «comum» e *undercommons* analisados acima.

O modo de fazer em séries das *Ações* instala uma prática performativa que se desmultiplica ao longo dos seus acontecimentos, por exemplo, nas *Ações Carioca*, Eleonora Fabião (ibid., 2015, pp. 18-44): corta da bandeira do Brasil as palavras «ordem» e «progresso», separa as letras e recombina-as na tira branca que coseu na parte cortada da bandeira para formar novas palavras (*Ação Carioca # 2: bandeira*); esfrega uma longa linha recta na calçada com uma escova e pasta de polir (*Ação Carioca # 3: Linha*); faz uma sessão de Reiki a alguém que convidou do mundo das artes e a quem

pede para se deitar sobre um cartão no chão (*Ação Carioca # 4: Reiki*); ao pôr-do-sol, lê alto e repetidamente, para as pessoas interessadas em ouvi-la e para os camiões, candeeiros, relógios, paredes e pedras, o sétimo capítulo de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* – «O Delírio», de Machado de Assis (*Ação Carioca # 5: Brás Cubas*); dá aos transeuntes pequenas impressões do Largo da Carioca em diferentes momentos da história, desde o início do século XVII até ao final do século XX, para conversar sobre a história do lugar, as transformações que ocorreram e imaginar transformações futuras (*Ação Carioca # 6: arquivo*); descalça, entorna a água de um jarro de prata para outro de barro e, assim, sucessivamente até que a água desapareça, oferecendo os jarros às pessoas que passam para poderem fazer essa acção também, ou apenas um dos jarros e fazerem-na juntos (*Ação Carioca # 7: jarros*); fica de pé no Largo da Carioca a segurar um copo vazio, à espera que a tempestade encha o copo para beber a água e secar com a brisa (*Ação Carioca # 8: tempestade*) – o que não chegou a acontecer porque não choveu naquele dia; num bar, apresenta a série das *Ações Carioca*, mostra as suas imagens na televisão desse sítio e conversa sobre o trabalho, come e bebe (*Ação Carioca # 9: conversa*).

As *Ações* de Eleonora Fabião (2008-2015) tomam lugar no meio do fluxo da cidade, onde algumas matérias ou objectos são dispostos no espaço público, mais especificamente numa rua ou praça, marcando ou delimitando uma zona naquele espaço e suas possíveis variações ao longo de cada *ação*. As duas cadeiras formam um círculo aberto, e a cadeira e a mesa, uma superfície de trabalho na rua; pelo acto de limpar desenha-se uma longa linha recta na calçada; a escuta pelo toque circunda a conexão entre dois corpos; a voz atravessa o espaço envolvente transmitindo histórias; as imagens do e no Largo da Carioca formam constelações de mão em mão e em alguns sítios onde são colocadas; entre os jarros de prata e barro, a água entorna-se ou evapora.

Pelas fotografias e testemunhos escritos destes acontecimentos percebemos uma presença do corpo particular, simultaneamente em coexistência com o meio da cidade e numa atenção-desperta à *ação*, à relação e ao encontro entre pessoas, matérias e objectos. Este último, é convocado por um detalhe que suscita, ou não, a aproximação de alguém, por exemplo, quando Eleonora Fabião (ibid., 2015, p. 35) segura mais tempo do que o esperado as imagens do Largo da Carioca cujo formato é semelhante ao

dos anúncios publicitários que nos passam frequente e repentinamente na rua (*Ação Carioca # 6: arquivo*). É precisamente nesses instantes que, por vezes, alguém interrompe o seu movimento e direcção na cidade e se volta para perceber o que a *ação*, através das matérias, dos objectos, da presença do corpo, dos gestos e das palavras, lhe transmite. Dependendo das pessoas, e a seu tempo, algumas delas passam a co-participar nas *Ações*. A partir daí, Eleonora Fabião e os co-participantes *entram em relação* entre si e, igualmente, com aquilo que cada *ação* suscita e cuida: as *Ações* são matérias da coexistência num lugar.

Aquele será um «lugar de partilha», ou «comum», segundo Jullien (2008, cap. III, p. 1), consoante o tomar parte, a partilha e a participação das pessoas envolvidas nas *Ações*. Sabemos, contudo, que este «lugar de partilha» apenas pode emergir e desenvolver-se através da experiência do corpo e da cidade que as *Ações* suscitam e fazem acontecer. A vivência definiria assim o modo de ser e estar do corpo e da cidade nas *Ações*, em que Eleonora Fabião e as pessoas tomam parte ao *fazê-las*, quer dizer, ao partilharem a matéria e também a imaterialidade do meio, dos objectos, das histórias, e ao participarem através dos seus gestos e palavras que moldam cada um desses acontecimentos, num cruzamento entre diferentes temporalidades. Deste modo, ao reflectir sobre a experiência do corpo e da cidade nas *Ações*, o «comum» parece emergir, no entanto, em fluídas e contínuas formações e desvanecimentos. Nessa intermitência do «comum» nas *Ações*, comunidades temporárias agregam-se e revelam-se no meio do fluxo quotidiano da cidade. Nas *Ações*, o «comum» progride, mas termina no espaço delimitado, ou contornado, de cada acontecimento; recordamos: círculo, linha, constelação. Que planos da existência atravessam as pessoas, nos seus actos... amor, trabalho, criminalidade? Que afecto de pertença urge naquilo partilhado e com aqueles que participam no «comum» investigado?

Juntamente com a ocupação do espaço público, é preciso que as matérias e o plano imaterial das *Ações* permaneçam partilhados e, ao mesmo tempo, não passíveis a se tornarem, segundo Jullien (*ibid.*, p. 8), próprios ao «comum» que emerge, o que, por sua vez, conduziria a um fecho do «comum». A volatilidade dos objectos e das histórias, que dificilmente se fixam, assim como as séries sucessivas das *Ações* e as várias reactivações de cada uma delas no mesmo lugar, impedem que aquilo que se partilha ganhe um valor de propriedade devido ao seu incessante processo de

transformação; mesmo quando, no plano da expressão, alguma imagem se suspende no espaço numa determinada duração – um corpo deitado no prolongamento da terra e da História.

Durante as *Ações* de Eleonora Fabião (2008-2015), em primeiro lugar, na bravura e desconcerto dos objectos, das palavras e dos gestos que passam de mão em mão, que trocam e compõem de outro e outro modo em intermitência, dificilmente o «próprio», ou «particular», domina o «comum» que emerge: se o «próprio» se afirma, se fecha e exclui aqueles que não tomam parte do «comum», logo ambos se evaporam (Jullien, 2008, cap. III, p. 8). Vemos na intermitência, o carácter pulsante da impossibilidade do «comum», ao mesmo tempo, que nela vemos o caminho pelo qual, por instantes, as *Ações* dão ao «comum» a forma que retribui em pertença (e não posse).

Em segundo lugar, que resta, então, das *Ações* quando cessam? Nas formações e desvanecimentos do «comum» e suas comunidades sensíveis, temporárias, outras, quando acontecem, circunscreve-se o elemento do imaginário convocado a mais do que um (junto com uma relação não oposta entre matéria e imaterialidade) e capaz de perturbar a realidade que insiste em consolidar-se. A experiência particular do corpo e da cidade nas *Ações* assenta no modo como acontecem no tecido de cada lugar com as pessoas que o habitam. Memória, história contada, pensamento, imagem encontrada – não é isso que resta das *Ações*? E àqueles que das *Ações* extraírem o vislumbre de um passado reconstituído, de um presente circunscrito ou até de um futuro possível no mesmo solo que pisamos todos os dias... Pudessem eles ter compreendido que tal como os seus dias e as *Ações*, o lugar e as pessoas têm vindo a compor-se ao longo da História. E se num recorte de espaço e tempo do «comum» suscitado pelas *Ações*, o corpo e a cidade forem atravessados pela possibilidade de se poder realmente refazer o já existente?

Dois outros aspectos que caracterizam a experiência do corpo e da cidade nas *Ações*, à luz do «comum», consistem na co-partilha de uma tarefa e na reciprocidade do acto de dar, pela perspectiva de Esposito (2010, p. 5) exposta acima. As condições de possibilidade para a emergência do «comum» naquela experiência do corpo e da cidade, podem ser compreendidas pelo modo como o fazer, desfazer e refazer de certos actos juntamente e, em particular, o acto de dar, em reciprocidade, alguma coisa sem que esta possa tornar-se posse (recordemos a *Ação Carioca # 7: jarros*), reúnem as pessoas em torno do «comum» naquele lugar formado, ainda que intermitentemente.

Assim, as comunidades temporárias que emergem nas *Ações* são aquelas que investigam e assistem ao surgimento e desvanecimento do «comum» nos sucessivos actos, suas reactivações e transferências. O facto de as *Ações* serem *happenings*, ou acontecimentos, parece-nos ser a condição pela qual o «comum» pode emergir nesta experiência do corpo e da cidade, no sentido em que, na duração de cada uma das *Ações*, se consegue, e não garantidamente, o seguinte: conjugar as possibilidades de tomarmos parte de um acontecimento e seu desenvolvimento através da experiência; de partilharmos aquilo que nele surge e com quem participa; de co-partilharmos uma tarefa (a que cada *ação* suscita); no recíproco acto de dar, não tomarmos posse das coisas; e, devido à preeminência do *entrar em relação* e do *ir ao encontro*, subtrairmo-nos da identidade de nós mesmos.

É no tecido da cidade que as *Ações* tomam lugar, ou seja, na mesma praça, calçada, dia, atmosfera, com as mesmas pessoas e objectos – apenas, de um modo um pouco diferente do que habitualmente. No pluralismo de uma cidade, na esteira de Latour (2011, p. 39), a formação do «comum» requer uma prática continuada (*práxis*) ciente e inclusiva do desacordo de quem e o que vive. A composição na experiência do corpo e da cidade nas *Ações* consiste na prática que, num espaço delimitado, mas aberto ao seu meio envolvente, e accionando uma partitura, põe em jogo o já existente e as suas múltiplas variações. Ao mesmo tempo, ensaiam-se mais conscientemente os caminhos da composição e suas hesitações, capazes de potenciar a relação e o encontro entre corpo e cidade em coexistência, reclamando o que lhes pertence por vivência.

No meio da noite tinha um arco-íris; no meio do arco-íris tem uma noite
Eleonora Fabião, 2015
Botafogo Cove e Parque do Flamengo, Rio de Janeiro

Convidar amigos para fazer um arco-íris resplandecer na noite da cidade.
Mover junto: 7 varas de bambu com 7 lâmpadas de halogéneo coloridas atadas nas pontas, todas conectadas por 150 pés de fio a um gerador, que, por sua vez, está conectado à bateria de uma carrinha puxada num carro de compras.

Tudo e todos entram na noite.

(Eleonora Fabião in Fabião e Lepecki, 2015, p. 253)

Nas citações e descrições das *Ações*, de Eleonora Fabião (2008-2015), que foram sendo feitas ao longo do presente texto, compreendemos a relevância de uma prática performativa na emergência de uma experiência estética e política do corpo e da cidade. É possível relacionar esta prática com o conceito de *undercommons*, pela perspectiva de Harney e Moten (2013), tal como expusemos acima, através do modo como as *Ações* se situam no espaço público, fazendo parte dele, o habitam através da atenção-desperta às sonoridades que o atravessam e da improvisação constante com o que nele existe, ora pela expressão na arte ora pela resistência *apositional* em seguir o fluxo quotidiano do corpo e da cidade; este último, cada vez mais conduzido pelos meandros da guerra do capital e dos regimes de vigilância. Ao mesmo tempo realistas e em conjugações do (im)possível imaginado, as *Ações* reinventam a conexão das pessoas e lugares na praça ou na rua, isto é: corpo e cidade, num caminho diferente daquele determinado. No início do poema *No meio do caminho*, Carlos Drummond de Andrade (2018, p. 253) escreveu: «No meio do caminho tinha uma pedra /tinha uma pedra no meio do caminho».

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio (1993), *A comunidade que vem*, António Guerreiro (tradução), Lisboa: Presença.
- ANDRADE, Carlos Drummond de (2018) [2001], *Antologia Poética*, 6.ª edição, Alfragide: D. Quixote.
- BATAILLE, Georges (1976), *La souveraineté*, in *OEuvres Complètes*, Volume 8, Paris: Gallimard.
- BLANCHOT, Maurice (1983), *La communauté inavouable*, Paris: Minit.
- ESPOSITO, Roberto (2010), *Communitas: The Origin and Destiny of Community*, Timothy Campbell (tradução), Stanford: Stanford University Press.
- FABIÃO, Eleonora e LEPECKI, André (edição) (2015), *Ações*, Rio de Janeiro: Tamandua Arte.
- FABIÃO, Eleonora (2017), «Eleonora Fabião», *Prémio Pipa*, disponível em <http://www.premiopipa.com/pag/artistas/eleonora-fabiao/> (consultado em 7 de Outubro de 2018).
- HARNEY, Stefano e MOTEN, Fred (2013), *The Undercommons: Fugitive Planning & Black Study*, Wivenhoe: Minor Compositions.
- JULLIEN, François (2008), *De l'universel, de l'uniforme, du commun et du dialogue entre les cultures*, Paris: Fayard [versão digital].

- LATOUR, Bruno (2011), «Il n'y a pas de monde comum: il faut le composer», in *Multitudes*, Volume 2, Número 45, pp. 38-41.
- LAVAL, Christian e DARDOT, Pierre (2015), *Commun: essai sur la révolution au XXIe siècle*, Paris: La Découverte.
- LINGIS, Alphonso (1994), *The Community of Those Who Have Nothing in Common*, Bloomington: Indiana University Press.
- NANCY, Jean-Luc (1983), *La communauté désœuvrée*, Paris: Christian Bourgois.
- NEGRI, Antonio e HARDT, Michael (2005), *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire*, London: Penguin Books.
- PELBART, Peter Pál (2017), *Estamos em guerra*, São Paulo: n-1 Edições, disponível em https://issuu.com/n-1publications/docs/1_estamos_em_guerra_pelbart (consultado em 25 de Novembro de 2022).